FÚTBOL Y RACISMO. UN ESTUDIO DE LA REPRESENTACIÓN DEL NEGRO EN EL FÚTBOL DE RÍO DE JANEIRO (1919-1924)

WALMER PERES SANTANA[1]

RESUEM

En las tres primeras décadas del siglo XX, la ciudad de Río de Janeiro estaba experimentando un período de crecimiento y desarrollo de la práctica del fútbol. Desde la mitad de la década de 10 este deporte había conquistado la mayor parte del público que estaba interesado en los eventos deportivos. El Fútbol aplicaba la lógica capitalista cada vez más en sus actividades. Paradójicamente para una parte de la población del Río la práctica fue prohibida en algunos clubes y ligas. Los grandes clubes de las élites de Río no aceptaron la presencia del negro y utilizaron medidas para obstaculizar el acceso de las clases bajas a la práctica del fútbol en sus asociaciones y también para obstaculizar el crecimiento de clubes más humildes. El fútbol era una arena para la manifestación de racismo y los prejuicios sociales existentes en la sociedad de Río. Sin embargo, los jugadores negros fueron capaces de obtener acceso a la práctica institucionalizada a través de los clubes más pequeños, emergentes y suburbanos. Poco a Poco los jugadores negros lograron espacio en la principal liga organizada por las élites cariocas. En 1923, por primera vez en la historia, un equipo formada por jugadores blancos negros y pobres ganó el campeonato de la ciudad. Las élites que dirigían los grandes clubes de Río de Janeiro se rebelaron y se produjo una escisión en el fútbol de la entonces capital de Brasil. Se hizo evidente que había luchas de representación entre las elites cuanto a la participación y la presencia de negro en la práctica de fútbol.

Palabras claves: Negro; fútbol; racismo; élite; Río de Janeiro

RESUMO

Nas três primeiras décadas do século XX, a cidade do Rio de Janeiro vivenciava um período de crescimento e desenvolvimento da prática do futebol. Desde a metade da década de 10, este esporte havia conquistado a maior parte do público que se interessava pelos eventos esportivos. O futebol aplicava cada vez mais a lógica capitalista em suas atividades. Paradoxalmente, para uma parte da população carioca a sua prática estava vedada em determinados clubes e ligas. Os grandes clubes da elite carioca não aceitavam a presença do negro e lançavam mão de medidas impeditivas para criar

iMestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro - Brasil. Pesquisador do Laboratório de História do Esporte e do Lazer (SPORT – UFRJ). Historiador do Centro de Memória do Club de Regatas Vasco da Gama.

barreiras ao acesso das camadas populares ao futebol em suas associações e para dificultar o crescimento de clubes mais humildes. O futebol era uma arena para a manifestação do racismo e do preconceito social existente na sociedade carioca. Todavia, os jogadores negros conseguiram ter acesso à prática institucionalizada através de clubes menores, emergentes e suburbanos. Gradativamente os jogadores negros foram conseguindo espaço na principal liga organizada elites cariocas. Em 1923, pela primeira vez na história, uma equipe conquistou o campeonato da cidade formada por jogadores negros e brancos pobres. As elites que administravam os grandes clubes do Rio de Janeiro se revoltaram e ocorreu uma cisão no futebol da então capital brasileira. Evidenciou-se que havia lutas de representações entres as elites a respeito da participação e presença do negro na prática do futebol.

Palavras-chave: Negro; futebol; racismo; elite; Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

> EM TORNO DO CONCURSO SUL-AMERICANO
>
> Dentre os mais temíveis elementos do scratch uruguayo, no torneio sul-americanos de foot-ball, destacou-se um notavel, o in-side left M. Gradin, do Club Penarol, jogador negro, de estatura elevada e constituição robusta (…)
> No Rio, o valor de Gradin seria fatalmente posto em duvida pelo simples facto de se tratar de um homem de côr (**Gazeta de Noticias**, 17 de julho de 1916, p. 4).

A cidade do Rio de Janeiro é profundamente identificada na contemporaneidade com a prática esportiva, especialmente do futebol. Esta prática se apresenta como uma das mais influentes manifestações culturais em vários países, tais quais Brasil e Uruguai, que engloba e articula os mais diversos grupos sociais. Todavia, o futebol, para além de seu ponto de vista lúdico, dramatiza questões econômicas, políticas, culturais e sociais da sociedade ao qual está vinculado (MELO, 2014).

O trecho anteriormente citado, em que um cronista do jornal *Gazeta de Noticias* descreve as características do jogador uruguaio Isabelino Gradín e relata uma possível rejeição do atleta em terras cariocas, embora escape do recorte temporal deste trabalho, deixa transparecer uma característica do futebol do Rio de Janeiro no decorrer das três primeiras décadas do século XX, qual seja, a concepção de parte da elite[1] da cidade de que o negro não possuía as condições morais para praticar o futebol, ao menos em suas associações.

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise da representação da presença e participação do negro no futebol da cidade do Rio de Janeiro (1919-1924), de acordo com as concepções das elites desta localidade. Pretendemos demonstrar de que forma o futebol representava uma arena para a manifestação do racismo, ao mesmo tempo em que se apresentava como um palco para a luta contra tal ocorrência. Outrossim, desejamos apresentar de que forma tal prática era mobilizada por parte das elites da cidade como um símbolo de *status* e distinção social.

O recorte temporal em tela foi selecionado por entendermos que engloba um período em que houve grande exposição na imprensa da cidade sobre a questão da presença e participação do negro em instituições esportivas voltadas para a prática do futebol. Consequentemente, conseguimos perceber melhor a incidência do racismo através da exposição da opinião das elites, trazendo a lume as representações que as mesmas construíam sobre o negro. Nesse cenário desenvolveu-se lutas de representações (CHARTIER, 1990) em torno da prática do futebol por parte das elites que administravam os clubes esportivos que compunham a principal liga da cidade.

Entendemos o futebol como uma prática vinculada aos aspectos culturais da sociedade que o pratica, a exibir uma maneira de ver o mundo de determinado grupo social (CHARTIER, 1991, p. 183), que é passível de compreensão através da representação. Compreendemos nosso objeto entre práticas e representações (CHARTIER, 1990), qual seja, estamos preocupados em conhecer o que as práticas esportivas representam (MELO, 2014, p. 57). Roger Chartier (1990, p. 20) nos elucida que a representação pode ser entendida como um "instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma 'imagem' capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é". Destarte, a "representação" "está associada a um certo modo de 'ver as coisas', de dá-las a ver, de refigurá-las" (BARROS, 2011, p. 48).

Nosso estudo tenta compreender o que a prática do futebol representava para as elites das cidades do Rio de Janeiro, ou seja, a partir disso, visualizar como elas davam-lhe significado e como isso implicava numa série de outras práticas que estavam relacionadas à presença e participação do negro no futebol, especialmente nas ligas e clubes organizados pelas camadas dominantes, visando, por exemplo, impedi-los de entrar em suas instituições através de altas taxas de joias e mensalidades instituídas por seus estatutos. Por outro lado, uma parte das elites cariocas, no intuito de alcançar os seus objetivos, enxergava o negro como um elemento necessário para qualificar as suas equipes de futebol. A prática desse esporte representava uma atividade extremamente produtiva e que gerava grande retorno financeiro. Diante disso, não se furtaram de lançar os melhores jogadores possíveis, independentemente da sua condição social e cor de pele.

RIO DE JANEIRO: A BELLE ÉPOQUE[2] CARIOCA NO BRASIL REPUBLICANO

O Brasil vivenciava no final do século XIX um conjunto de mudanças que reorganizaram a sua estrutura política e econômica. O fim da escravidão, em 13 de maio de 1888[3], e a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, representaram ares de mudanças para o país. Com o advento da república buscou-se melhor inserir o Brasil no cenário internacional, oferecendo ao mundo uma imagem de credibilidade do novo regime que permitisse ao país absorver em maior quantidade o capital de investimentos externos (MELO, 1999).

Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro foi transformada no grande centro cosmopolita da nação, que deveria tanto irradiar para o restante do país os ideais de modernidade e progresso desejados pelas elites quanto servir de vitrine para o mundo ao refletir a imagem do Brasil civilizado. Para tal, viu-se a necessidade de modernizar a capital republicana e adequá-la aos padrões estéticos das grandes metrópoles europeias, marcadamente inspiradas em Londres e Paris. Estratégia esta que só viria a ser melhor concretizada com as reformas urbanas empreendidas no início do século XX.

No decorrer da Primeira República (1889-1930), o Rio de Janeiro exerceu papel preponderante como capital cultural e centro das principais decisões políticas e administrativas. A cidade possuía uma posição privilegiada na intermediação dos recursos da economia cafeeira e na condição de centro político do país. Em decorrência disso, no interior da sociedade carioca acumularam-se recursos advindos principalmente do comercio e das finanças, mas, também de aplicações industriais que ao fim e ao cabo contribuíram para o crescimento e fortalecimento da burguesia carioca. As velhas aristocracias que viviam acostadas na estrutura imperial, usufruindo das vantagens e posições sociais privilegiadas oriundas de títulos e condecorações monárquicas, foram gradativamente perdendo forças e sendo suplantadas por novas elites que emergiam a reboque do arcabouço jurídico republicano e estavam melhor alinhadas às relações capitalistas europeias e norte-americanas (SEVCENKO, 1983).

O compasso frenético com que se desenvolveram as mudanças políticas, econômicas e sociais aceleraram o ritmo de vida da sociedade carioca em uma escala sem precedentes. A cidade foi tomada pelo consumismo de itens e estilos de vida vindos da modernidade europeia, que foram ressignificados para o contexto brasileiro. Novos hábitos foram sendo adquiridos e dentre eles uma nova estética corporal começa a ganhar as ruas cariocas. Um novo modelo de homem passa a ser gerado com o avanço da modernidade sobre a cidade. Os médicos e arquitetos (“cientistas”) defendem valorização de um típico físico condicionado aos novos padrões de higiene e saúde. Os outrora corpos masculinos franzinos vão, paulatinamente, dando lugar aos tipos físicos mais fortes e

musculosos, que se tornaram mais amplamente aceitos a partir do século XX.

Nesse contexto, a prática esportiva adequava-se perfeitamente aos padrões de modernidade que tomava a cidade. No final do século XIX e início do século XX, o remo passou a ser visto como o esporte moderno, ligado ao urbano, prática de uma burguesia ascendente. Por outro lado, o turfe, que havia se organizado anteriormente e sido pioneiro na estruturação do campo esportivo (BOURDIEU, 1983, 1990) da cidade, guardava um ar mais aristocrático, relacionado ao rural (MELO, 2001).

Percebeu-se muito cedo que as antigas instalações urbanas do Rio de Janeiro não comportavam os anseios e desejos dos "novos tempos", era preciso modernizar a infraestrutura da cidade. A partir da Administração Pereira Passos (1902-1906) e de prefeitos sucessores, a sociedade carioca vivenciou uma intensa reconfiguração do traçado arquitetônico da cidade, que veio acompanhada de sucessivas tentativas do poder público de organizar, educar e harmonizar as formas de relações sociais da população. Notadamente, as reformas urbanas seguiam modelos idealizados pelas elites, enquanto as camadas populares eram expulsas das zonas centrais e começaram a se concentrar em morros e no subúrbio da cidade (PAULILO; SILVA, 2012). Os extratos mais baixos da sociedade, em que boa parte da população negra carioca se fazia presente, sofreu com o autoritarismo e a indiferença do estado.

Grande parte da população negra da cidade do Rio de Janeiro vivenciava um panorama social em que não gozavam na prática dos direitos estabelecidos pelo arcabouço jurídico do período. O negro experimentava um estado contingente de seus direitos, uma condição de quase-cidadão (GOMES, 2007, p. 13), sendo exposto a uma forte diferenciação de *status* e de possibilidades de ascensão social e econômica. De modo simultâneo, convivia com a equidade jurídica materializada nas leis que regiam a recente república brasileira e a indiferença formal (GUIMARÃES, 2012, p. 41).

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL NO RIO DE JANEIRO

Na primeira década do século XX, a prática do remo atingia o seu auge em plena belle époque carioca, simbolizando os avanços do imaginário da modernidade sobre a cidade. Concomitantemente a esse processo, outro esporte começava a ser desenvolvido. A prática do futebol dava os seus primeiros passos para a sua institucionalização. Com o passar dos anos, o seu crescimento demonstrou-se ser vertiginoso e viria a conquistar grande parte da população.

O futebol foi inserido no Rio de Janeiro de múltiplas formas, seguindo o fluxo da influência europeia. Desde o final do século XIX, algumas escolas colocaram o *football* como prática

recreativa que visava incentivar, dentre outras coisas, o trabalho em equipe entre os jovens e o melhoramento das condições físicas. Os imigrantes ingleses que residiam na cidade constituíram clubes que praticavam esportes como a ginástica, o futebol e o críquete[4]. O porto do Rio de Janeiro, importante para a economia do país ao escoar a produção nacional de café e receber os produtos importados que inundavam a cidade, era local de profundo intercâmbio cultural. Além disso, havia as iniciativas individuais, ou seja, membros das elites que se dirigiam para a Europa, seja por estudos, trabalho ou turismo, e quando retornavam traziam para o Brasil essa prática que se espalhava por diversas partes do mundo na esteira do imperialismo inglês.

A institucionalização do futebol no Rio de Janeiro, ou seja, a montagem de departamentos especializados na difusão e especialização da prática do futebol em clubes já existentes e a organização de clubes e ligas específicas para o seu desenvolvimento se deu de forma tardia ao compararmos com as capitais de países vizinhos, como Buenos Aires[5] e Montevidéu[6]. Estas por sua vez primavam pelo controle de uma liga que representasse o futebol de seus respectivos países. Contudo, as camadas dominantes da sociedade carioca buscaram constituir suas próprias ligas na tentativa de controlar o futebol metropolitano. Criaram instituições em que seus dirigentes ditavam as regras e tentavam controlar ou mesmo expulsar as camadas populares[7] da prática do futebol nas suas associações.

No início do século XX, o futebol era praticado em diversos ambientes, nas escolas, nas ruas, em terrenos baldios transformados em campos improvisados e em vários clubes espalhados pela cidade, sendo experimentado por diversos extratos sociais. Contudo, uma modalidade específica do futebol chamava a atenção do público em geral e da imprensa, ele era praticado pelos grandes clubes da cidade, constituídos pelas elites cariocas. Instituições de acesso restrito e de privilégio daqueles que dispunham de dinheiro para arcar com os altos valores de joias e mensalidades. Esses clubes lançavam mão de estatutos que materializavam a característica excludente e a busca pela distinção social objetivada por seus membros. Da mesma forma, as ligas organizadas por tais grupos refletiriam a forma de pensar dessas elites, cobrando taxas altíssimas para as inscrições dos clubes, definindo multas igualmente caras para os que descumprissem as regras predeterminadas. Assim, almejavam afastar clubes mais pobres. Outrossim, possuíam padrões pré-definidos de jogadores que poderiam ser inscritos, tentando afastar os membros das camadas populares (SANTOS, 2010).

As camadas dominantes da sociedade carioca constituíram suas próprias ligas na tentativa de controlar o futebol metropolitano. Criaram instituições em que seus dirigentes ditavam as regras e tentavam controlar ou mesmo expulsar as camadas populares da prática do futebol nas suas associações. A Liga Metropolitana de Foot-ball (LMF) foi fundada em 1905, com o intuito de

congregar clubes para a disputa de um campeonato metropolitano anual. No ano de 1907, passou a se chamar Liga Metropolitana de Sports Athleticos (LMSA), com a intenção de reforçar o controle sobre o futebol e ampliar a sua influência para outros esportes. Posteriormente, em 1917, se tornou Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMDT). Em 1924, no contexto da cisão carioca, América, Bangu, Botafogo, Flamengo e Fluminense fundaram a Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA).

As reformas institucionais ou a criação de novas entidades explicitam as constantes tentativas das elites em legitimarem o seu poder sobre o futebol carioca. A Liga Metropolitana, depois a AMEA, era a principal entidade que organizava o futebol comandado pelos clubes das elites cariocas. Entendemos que os seguintes clubes eram os principais representantes das camadas dominantes da cidade na prática do futebol: na primeira década do século XX, o America Football Club, o Botafogo Football Club, o Fluminense Football Club, o Paysandu Cricket Club e o Rio Cricket & Athletic Association; nas décadas de 10 e 20, o America Football Club, o Botafogo Football Club, o Club de Regatas do Flamengo e o Fluminense Football Club.

Entretanto, compreendemos que, de certa forma, todos os clubes que disputavam os campeonatos organizados pela Liga Metropolitana ou pela AMEA eram constituídos por uma elite administrativa, formada por indivíduos que exerciam suas funções nos mais variados setores econômicos da sociedade. A questão é que as representações das elites acerca da presença do negro poderiam ser distintas.

Os estatutos e o racismo implícito

Durante o período do amadorismo (1906-1932), os jogadores precisavam ser sócios dos clubes que defendiam. Os clubes exigiam uma profissão, boa conduta moral, o devido cumprimento das regras da agremiação e das leis da sociedade, e os novos sócios deveriam ser indicados por algum sócio antigo. Os estatutos serviam para salvaguardar as normas das agremiações, continham, dentre outras coisas, os valores das joias, das mensalidades, descrição dos poderes do clube e os direitos e deveres dos associados. Através deles os clubes e as ligas procuravam delinear o tipo de pessoa que deveria ser aceita, assim, tentava-se impedir o ingresso de pessoas “indesejáveis”. Ademais, grande parte das instituições esportivas possuía a chamada comissão de sindicância, um órgão específico para avaliar se determinado indivíduo estava apto para entrar ou seguir fazendo parte de uma instituição, analisava possíveis infrações às normas regentes e estabelecia as punições, que poderiam variar de afastamentos temporários à expulsão (SANTOS, 2010).

Para se ter uma ideia, em 1907 a Liga Metropolitana emitiu um comunicado informando que não seriam aceitas as inscrições de jogadores negros, demonstrando que a cor do indivíduo poderia ser enxergada como um símbolo indelével de suas ações, de sua condição moral: "Comunico-vos que a directoria da liga, em sessão de hoje, resolveu por unanimidade de votos que não serão registrados como amadores nesta liga pessoas de cor (**Gazeta de Noticias**, 18 de maio de 1907)". Tal atitude acabou contribuindo para a saída do Bangu da associação.

Dessa forma, para além da sua qualidade técnica, havia uma série de exigências para que o jogador tivesse "condições morais" para a prática do futebol, a cor do indivíduo poderia ser uma das variáveis a serem analisadas, nem sempre de forma explícita. As instituições das camadas mais elevadas da sociedade possuíam maiores rigores sobre seus jogadores. Os clubes ligados às fábricas ou a demais empresas e os clubes do subúrbio carioca tendiam a serem mais flexíveis para com a entrada de associados, que por sua vez viriam a fazer parte do seu quadro de jogadores.

Nosso estudo não se apoia no conceito biológico de raça. Compreendemos que "raça não é um fato científico, mas uma 'construção' social, cultural e ideológica – um conjunto de ideias – por meio da qual as sociedades procuram se organizar, se estruturar e se entender" (ANDREWS, 2007, p. 32). Doravante essa forma de pensar, as "diferenças fenotípicas entre indivíduos e grupos humanos, assim como diferenças intelectuais, morais e culturais, não podem ser atribuídas, diretamente, a diferenças biológicas, mas devem ser creditadas a construções socioculturais e a condicionantes ambientais" (GUIMARÃES, 2012, p. 24). Diante disso, adotamos o conceito de racismo extrínseco apresentado pelo filósofo Kwame Anthony Appiah:

> […] os racistas extrínsecos fazem distinções morais entre membros das diferentes raças, por acreditarem que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes. A base da discriminação que os racistas extrínsecos fazem entre os povos é sua crença em que os membros das diferentes raças diferem em aspectos que *justificam* o tratamento diferencial; aspectos – como a honestidade, a coragem ou a inteligência – incontrovertidamente considerados (ao menos na maioria das culturas contemporâneas) aceitáveis como base para o tratamento diferencial das pessoas. (APPIAH, 2014, p.33).

No contexto histórico da sociedade analisada encontramos agentes históricos (pessoas e grupos sociais) que acreditavam na possibilidade de diferenciação entre indivíduos a partir de fatores biológicos (por exemplo, cor da pele, determinados traços faciais, aparência do cabelo, etc). Fatores esses que, ao fim e ao cabo, definiam a condição moral do indivíduo. As ideias do racismo científico e do darwinismo social, que estavam em voga na Europa e na América do Norte desde as décadas finais do século XIX, são apropriadas e resignificadas pelas elites latino-americanas, servindo de discurso para levarem adiante suas reformas econômicas e políticas (ANDREWS, 2010,

p. 152). Esses pensamentos raciais vão adentrar o século XX e influenciar as ideias de parte das elites cariocas no decorrer da década de 20.

A despeito da forma explícita como ficou caracterizado o racismo da Liga, nem sempre a existência deste e do preconceito social eram explicitados de forma tão clara. Havia um mascaramento de suas existências por intermédio das várias exigências quanto às condições dos jogadores. A partir de 1917, a LMDT aprovou estatutos que dificultavam a inserção de certos tipos de jogadores nas divisões da entidade. A entrada de jogadores negros e brancos pobres era muito difícil na 1ª Divisão e mais ainda nos chamados grandes clubes, os já citados América, Botafogo, Flamengo e Fluminense. Estes clubes possuíam estatutos próprios que visavam delimitar claramente quem poderia ou não ser associado, marcadamente voltados a indivíduos da elite. Em 1916, uma tentativa frustrada da Liga de impor a chamada Lei do Amadorismo representou esta posição preconceituosa. Nesta, algumas profissões eram citadas e caso a pessoa a desempenhasse não estaria apta a jogar futebol. A lei não foi aprovada.

O estatuto da LMDT aprovado em 1917 deixava brechas, não especificava as profissões que não eram aceitas. Uma das principais formas de tentar impedir o acesso de membros das camadas populares era a proibição de analfabetos, havia também o impedimento para quem exercesse profissões braçais ou mesmo que tivesse profissão "abaixo do nível moral" exigido, como, por exemplo a de chofer. O estatuto dizia que:

> Art. 65. Não poderão ser registrados:
>
> […]
>
> b) os que tirarem os seus meios de subsistência de qualquer profissão braçal considerada, como taes as que dependam, exclusivamente de esforços physicos;
>
> j) os analphabetos e os que embora tendo posição, profissão ou emprego, estejam, a juízo do Conselho Superior, abaixo do nivel moral exigido pelo amadorismo (**Estatutos da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres.** Publicado no **Diario Official da União**, 20 de dezembro de 1917, p. 13.580-13.584).

Essas exigências excluíam grande parte da população negra carioca e brasileira de uma forma geral, mas, estavam de acordo com característica excludente da jovem república brasileira. A Primeira República pode ser caracterizada como um período de forte exclusão política, social, racial e de gênero. Grande parte da população brasileira ficava de fora do processo eleitoral (negros e brancos analfabetos e mulheres), que além de tudo era fortemente marcado pela corrupção. Para dificultar ainda mais a vida do atleta, era exigido que este fizesse a sua inscrição ou carta de opção por

determinado clube de próprio punho na frente de um diretor da liga. Além disso, os jogadores deveriam assinar as súmulas dos jogos antes de cada partida. Havia uma forte pressão sobre os jogadores analfabetos, com suas inscrições feitas com uma escrita questionável, eram frequentes as denúncias sobre equipes que utilizavam jogadores que não sabiam ler e escrever (SANTOS, 2010, p. 227).

Na sua maioria, os jogadores negros estavam entre os analfabetos e daqueles que estavam alocados em profissões braçais. A questão racial se insere nos resquícios de séculos de escravidão, no completo descaso com o negro, que adentrou na sociedade republicana desfavorecido nas mais diversas relações interpessoais. A abolição da escravidão não representou o fim das desigualdades profundas e da concentração do poder que caracterizavam a sociedade brasileira. Nesse sentido, o liberalismo consagrava a desigualdade e instituía a lei do mais forte. Somado ao presidencialismo, o darwinismo republicano possuía instrumentos ideológicos e políticos que permitiam estabelecer um regime profundamente autoritário (CARVALHO, 1990, p. 25).

Como reflexos desses atritos sociais, ainda que existisse o mito da democracia racial e a crença na paulatina absorção do negro na sociedade, desencadearam-se revoltas populares, como a Revolta da Chibata (1910), e movimentos de valorização do negro e sua defesa contra o racismo, como, por exemplo, a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a Legião Negra (1932). A relação conflituosa do negro na república se estendia para os mais diversos setores da sociedade. Recém-saída do império e jogada em plena república, migrando do regime escravocrata para o trabalho livre e assalariado, a população negra tinha que disputar o espaço no mercado de trabalho livre com brancos pobres e imigrantes, no caso específico da cidade do Rio de Janeiro, marcadamente os imigrantes portugueses. As vagas de trabalho destinadas a esta significativa parcela da população brasileira eram as mais precárias, com maior uso da força física, e com menos prestígio social. Buscavam ocupar postos de trabalho como operários em fábricas, jornaleiros, caixeiros, motoristas particulares (chauffeurs), etc.

Assim, ao procurar impedir a entrada de analfabetos, trabalhadores braçais e os que desempenhassem profissões que estivessem “abaixo do nível moral”, as elites dirigentes da LMDT sabiam exatamente a quem desejavam atingir, ou seja, as camadas populares de uma forma geral, mas, em sua maioria os jogadores negros. Isso, com o intuito de preservar prática do futebol como um símbolo de *status* e distinção social em suas agremiações.

Na forma de pensar o futebol e o esporte de uma forma geral, as elites que administravam os grandes clubes cariocas defendiam um tipo ideal de atleta, o *sportman*. Ser um *sportman* implicava em condensar bons valores e condutas que estivessem relacionados ao estilo de vida moderno.

Dessa forma, esse tipo ideal de atleta/jogador era pensado para os membros das elites dos grandes centros urbanos, na sua grande maioria constituída por indivíduos brancos, que lavavam consigo as condições necessárias e os valores reais e simbólicos para fazer parte da modernidade.

As representações do negro

No ano de 1919, dois acontecimentos marcaram o campo esportivo carioca. O primeiro foi a realização do Campeonato Sul-Americano de Futebol, pela primeira vez sediado no Brasil. O evento contou com a participação das seleções da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai. A presença de jogadores negros no selecionado uruguaio[8], especialmente do atleta Isabelino Gradín, despertou a atenção de boa parte da imprensa e do público de um modo geral. Um pequeno resumo biográfico dos jogadores uruguaios, redigido pelo periódico *Correio da Manhã*, dizia: "Gradin e Delgado são os únicos jogadores de côr que nos visitam" (**Correio da Manhã**, 13 de maio de 1919, p. 5).

O "espanto" talvez possa ser explicado pela escassa existência de jogadores negros ou mulatos no selecionado brasileiro daquela época[9] e nos principais clubes do Rio de Janeiro. No entanto, era mais do que simplesmente números quantitativos. A questão estaria baseada no fato de tais atletas uruguaios serem negros e, para "agravar", membros das camadas populares, ou seja, não possuíam os padrões culturais ("morais") da época para praticarem futebol na concepção da elite dirigente da seleção brasileira e dos principais clubes da cidade.

A qualidade técnica de Gradín era lembrada pelos jornais à época, não somente no futebol, mas, também em outros esportes, como o atletismo. Todavia, tanto quanto a sua qualidade enquanto atleta, a cor de Gradín era algo ressaltado. O jornal *O Imparcial*, assim apresentou o referido jogador:

> Isabelino Gradin (negrinho e rapaz do Peñarol).
>
> Campeão sul-americano dos 200 e 400 metros, em tempos "records", nas recentes olympiadas de Athletismo. (**O Imparcial**, 05 de maio de 1919, p. 7).

Percebe-se que mesmo dando os devidos créditos pelas conquistas de Gradín, o periódico carioca, especializado na cobertura de eventos esportivos, representa-o como um "negrinho", termo que poderia ser utilizado pejorativamente para se referir as crianças negras, geralmente com características de uma figura cômica, no imaginário da sociedade carioca da época.

O segundo acontecimento marcante para o cenário esportivo carioca foi a entrada de vários

jogadores oriundos das camadas populares na principal liga organizada pelas elites da então Capital Federal, a Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMDT), através de clubes como Cattete Football Club, Carioca Football Club e Club de Regatas Vasco da Gama. Esse processo despertou reações contrárias de parte da imprensa e de membros de determinados clubes, que se manifestavam através dos periódicos da cidade.

Abaixo dos clubes de elite (América, Botafogo, Flamengo e Fluminense), no que se refere à representação na Liga e o poderio econômico e simbólico, estavam tanto os demais times da primeira divisão quanto os da segunda e terceira. Estas duas últimas divisões contemplavam o maior número de jogadores negros e pobres da Liga. Havia também as ligas do subúrbio, que contemplavam grande quantidade de jogadores humildes e muitos negros. Logo, tanto os demais clubes da principal liga do futebol carioca como o futebol suburbano eram constituídos de jogadores que não se enquadravam no tipo ideal de jogador. Mas que ao seu próprio modo se apropriavam da prática do futebol e dava-lhe novos significados.

Enquanto a principal liga de futebol do Rio de Janeiro era comandada economicamente e politicamente por quatro grandes clubes, existiam outras ligas, especialmente no subúrbio carioca, onde o futebol já dominava o apreço da população. Destaque para as duas maiores, a Associação Athetica Suburbana e a Liga Suburbana de Football (1916), esta última, sendo a maior entidade que regia o campeonato entre os clubes do subúrbio.

Cada vez mais os jogadores suburbanos, graças as suas condições técnicas, foram sendo integrados aos clubes da Liga Metropolitana, inclusive por aqueles que disputavam a primeira divisão. Apesar das medidas impeditivas posto a cargo melos dirigentes da Liga, alguns clubes lançavam mão de subterfúgios para escalar esses atletas. O avanço das relações capitalista no futebol, as necessidades cada vez maiores de qualificar a sua equipe para as disputas e fornecer melhor espetáculos para o público que financiava o evento contribuíam para que os determinados clubes não adotassem medidas extremamente restritivas. Os jornais acusavam as práticas realizadas para obterem os jogadores suburbanos:

> A SUBURBANA É NO FUTURO CAMPEONATO O CELLEIRO DA METROPOLITANA
> Para os sportmen que entendem que a entidade Suburbana não preenche os fins progressivos do desenvolvimento sportivo da nossa terra, como de quando em vez se propala nas rodas desportivas, levamos ao conhecimento daquelles que de facto se interessam pelo progresso do football, o escandaloso caso de suborno, de vantajosas promessas de bons empregos, de gordas gorjetas que estão sendo postas em prática aos jogadores da Suburbana para se filiarem aos diversos clubes das três divisões da Metro. Já sobre a número superior de 20 players que se transferiram com malas e bagagem para a entidade da Rua Buenos Aires. E depois digam

que a Suburbana não é o celeiro da Metropolitana (**O Imparcial**, 22 de março de 1919, p.9.)

O Club de Regatas Vasco da Gama foi uma das instituições que se destacaram na utilização de jogadores independentemente da sua classe social ou parâmetros de cor. O clube foi fundado em 21 de agosto de 1898 para a prática do remo por brasileiros e membros da colônia portuguesa erradicada no Rio de Janeiro. Com o desenvolvimento do futebol, institucionalizou a sua prática no ano de 1915, iniciando em 1916 na 3ª divisão da Liga Metropolitana de Sports Athleticos. Desde 1916, mas, principalmente a partir de 1919, quando já estava na 2ª divisão, adotou uma política constante de "contratação" dos melhores jogadores suburbanos para qualificar a sua equipe de futebol.

A equipe do Engenho de Dentro Athetic Club sagrou-se tricampeã da Liga Suburbana nos anos de 1916, 1917 e 1918. Seus jogadores chamavam a atenção pela sua qualidade técnica. O Vasco da Gama levou vários destes jogadores, ato fortemente criticado pela imprensa à época. Através desta política de inserção de jogadores do subúrbio, o Vasco dava um salto de qualidade no seu departamento de futebol. Não importava as regras formais e informais que atravancavam a popularização e democratização do futebol dentro das "quatro linhas". Os vascaínos buscavam tornar o time uma potência, saindo de vez das divisões inferiores e brigar futuramente pelo título de campeão da cidade. Os dirigentes do Vasco pegaram esses jogadores e os profissionalizaram, transformando-os em verdadeiros "operários da bola". Indo de acordo com a lógica capitalista cada vez mais instituído no futebol e nos demais setores da sociedade brasileira à época. Eles recebiam premiações pelas vitórias alcançadas e tiveram empregos arranjados para que pudessem comprovar que possuíam profissão.

O Vasco não era o único clube da Liga a escalar jogadores negros, havia outros como o Bangu, o Andaray, o Carioca, o São Christóvão, entre outros. Além disso, os próprios clubes grande permitiam que as camadas populares fossem a seus jogos como espectadores, afinal, eram elas que constituíam a grande massa que enxia os estádios. Todavia, o Vasco elevou para outro patamar a sua política de pagamento aos jogadores, escolhidos por critérios técnicos, e somou a isso os altos lucros de bilheterias com a sua torcida que crescia cada vez mais, unificando a colônia portuguesa em torno de si e atraindo boa parte das camadas populares, que se viam representadas na equipe vascaína.

O futebol já era popular nas arquibancadas e no gosto da população carioca, todavia os grandes clubes resistiam à sua popularização entre os jogadores que formavam as equipes. Na citação abaixo, podemos perceber as barreiras as quais estavam expostos jogadores negros ou que possuíam esteticamente determinadas características que culturalmente eram vistas como símbolo do "ser

negro". Para uma parcela da sociedade carioca à época, ser negro ou ter determinadas características que representavam um arquétipo do negro eram condicionantes relacionados à moral do indivíduo.

> CAFÉ COM LEITE…
>
> Ao que se dizia hontem na Brahma, a directoria de um club da zona sul, que faz parte da 1ª divisão da Liga, resolveu "patuscamente" [10], não pedir registro para seu jogador "goal-keeper" pelo facto de não ser o mesmo "um pouquinho mais claro!"…
> É boa essa!…
> Comem a mensalidade do rapaz "que não é claro" e deixam de o registrar por ser ele escuro!…
> Anda mal o citado club procedendo dessa forma, pois, se quer ter preconceitos deve-os ter quando aprovar as suas propostas de socios novos e não depois.
> Alem disso, quem sabe se esse jogador não virá a ser um Friedenreich? (**O Imparcial**, 10 de janeiro de 1920, p. 7).

Vale destacar que, em certa medida, o jornal defende o atleta, criticando a postura dos dirigentes do Clube de Regatas do Flamengo (1895). O trecho apresentado deixa transparecer que não existia um consenso entre as elites acerca da prática do futebol pelos negros. Baseando-nos nas informações do periódico, infere-se que os dirigentes do clube representavam o seu jogador negro como uma espécie de associado de segunda classe, suscetível a limites para a prática do futebol dentre da instituição, uma espécie de "quase-sócio".

Diante disso, acreditamos que havia uma dupla barreira enfrentada pelo negro carioca do período. A primeira, de ordem econômica, ou seja, nem todos os negros conseguiriam se associar a um clube da primeira divisão da Liga Metropolitana, haja vista os altos custos de joias e mensalidades (SANTOS, 2010, p. 33). Um impeditivo que poderia afetar não somente este, mas, todos com baixa condição econômica, como, por exemplo, os brancos pobres. A outra, de caráter racial, ao passo que procurava-se adotar um padrão estético de jogador (cor de pele) que privilegiava as características do "homem branco" e desqualificava a do "homem negro". Nesse caso, verificamos que uma determinada parcela da sociedade carioca do período tinha como um de seus valores culturais para a prática do futebol a necessidade do indivíduo manifestar características fenotípicas "embranquecidas".

Os grandes clubes que defendiam o amadorismo e combatiam o pagamento aos jogadores, também adotavam artifícios para premiarem seus atletas e iam buscar melhores elementos, dando em troca bons empregos que lhes pudessem dar estabilidade (SANTOS, 2010). Contudo, a questão da cor,

que estava diretamente ligada a uma concepção de inferioridade racial, muitas vezes se tornava uma barreira que não era suplantada pela necessidade de vitórias. Na contramão dos preceitos republicanos, democráticos e capitalistas, algumas entidades poderiam até aceitar a entrada de jogadores brancos de baixa condição social, mas, não aceitavam negros, inclusive de boa família e com recursos, nas suas equipes que disputavam o título da Liga Metropolitana. Para se ter uma ideia, de 1906 até 1922 não havia jogadores negros nas equipes que conquistaram o campeonato da cidade.

Dessa forma, uma parte da elite carioca representava o negro como alguém que não possuíam as condições morais para a prática do futebol e se o fizesse não poderia ser em suas instituições, pois, procuravam torna-la locais seletos em que o esporte deveria servir para legitimar a distinção deste grupo frente aos demais setores da sociedade. Por outro lado, as elites emergentes da sociedade, no caso do Vasco constituída por comerciantes portugueses e seus descendentes, possuíam uma lógica mais pragmática, enxergavam o negro como mais um elemento que poderia agregar na qualidade da sua equipe e, consequentemente, contribuir para trazer mais capital para o clube, seja através do maior afluxo de público que iria pagar para ver os jogos ou da entrada de novos sócios.

A partir de 1921, para dificultar o acesso de novos clubes, que traziam consigo muitos jogadores das camadas populares, a 1ª Divisão da Liga Metropolitana foi dividida em série A e série B. Passados dois anos, em 1923, o campeonato teria a entrada de um estreante na série A da primeira divisão. O Club de Regatas Vasco da Gama conseguiu o acesso ao conquistar o campeonato da 2ª divisão do ano anterior. Iniciado o campeonato, a campanha do clube surpreendeu, derrotando os principais clubes da liga no primeiro turno e perdendo apenas um no segundo turno, para o Flamengo.

A conquista do campeonato por uma equipe repleta de jogadores negros desencadeou um processo de cisão que estava há muito tempo sendo gerado na entidade. Alegando a incapacidade da Liga de primar pela boa condução da prática do esportiva, América, Bangu, Botafogo, Flamengo e Fluminense romperam com a Liga Metropolitana e fundaram uma nova entidade, a Associação Metropolitana de Esportes Terrestres (AMEA), em 1º de março de 1924. A cisão no Rio de Janeiro e o descontentamento de parte da elite carioca com a presença das camadas populares no geral e do negro em particular repercutiram em jornais de outros países, como o Uruguai. Em entrevista ao jornal *El Plata*, de Montevidéu, Marco Polo, representante do Fluminense, deixa no ar as concepções dos grandes clubes do Rio de Janeiro:

> La pobreza y la riqueza no están en juego. El rico y el pobre comen del mismo trigo, pero hay ciertas argumentaciones en la Liga que llegan á la conclusión esdrújula de que el ciudadano, siendo pobre debe hacer ejercicios físicos sin campo, esto es, debe fortalecer su cuerpo en las

> brisas del deporte, corriendo en pistas aéreas […] (**El Plata**, 06 de março de 1924, p. 6).

A nova entidade não era anti-Vasco, mas, contra qualquer clube que assim como o Vasco se utilizasse de jogadores das camadas populares e principalmente os negros para conquistar o campeonato da liga organizada pelas elites cariocas. A criação da nova entidade representava a tentativa dos grandes clubes do Rio de aumentarem o controle sobre a prática do futebol e ao mesmo tempo endurecer as regras quanto a filiação de clubes e jogadores. De acordo com o estatuto da entidade:

> CAPITULO IX
>
> Da inscripção dos amadores, suas formalidades e requisitos
> […]
> Art. 65 – Não poderão porém, ser inscriptos:
> […]
> 2 – os que tirem os seus meios de subsistência de qualquer profissão braçal, considerando-se como tal a em que predomine o esforço physico;
> […]
> 7 – os que não saibam ler ou escrever correntemente;
> […]
> 9 – os que não tenham profissão ou emprego certos;
> 10 – os que exerçam profissão ou emprego subalternos, taes como de continuo, servente, engraxate e motorista;
> 11 – os que exerçam profissão ou emprego que exija, permitta ou facilite o recebimento de gorjeta (Estatutos da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos. Publicada no jornal **O Imparcial**, 04 de abril de 1924)

A AMEA ainda reforçava a obrigatoriedade do jogador fazer a sua inscrição de próprio punho, passando a cobrar diretamente do presidente de cada clube. Pois, este ficaria encarregado de afiançar a veracidade dos dados do jogador.

O Vasco, assim como outros clubes, fez o pedido de filiação à nova entidade, sendo a princípio aceito. Contudo, os estatutos da AMEA demonstraram as reais intenções da entidade, ou seja, impedir a ascensão de clubes como o Vasco. Entre 31 de março e 1º de abril a imprensa divulgou que doze jogadores do Vasco não foram aceitos pela nova entidade, sendo que sete jogadores eram do primeiro quadro. Logo, apenas quatro, dos onze jogadores do time principal, escaparam do "corte" após a análise de suas inscrições pela AMEA.

> [..] Quanto á syndicancia de athletas, a directoria da A.M.E.A., julgouse com direito de impedir que 12 associados do C.R. Vasco da Gama, tivessem seu registro. Assim é que, sete

> deles, pertenciam ao 1º team do campeão de 1923, ficando apenas quatro seguintes da equipe principal desse clube: Paschoal, Torterolli, Nelson e Mingote (**O Paiz**, 31 de março de 1924, p. 2).

Em resposta à exclusão de seus atletas e a imposições que deixariam o clube inferiorizado frente aos direitos dos clubes fundadores, o então presidente do Vasco, José Augusto Prestes, enviou um ofício à AMEA, em 07 de abril de 1924, endereçado ao presidente da AMEA e figura notável do Fluminense, Arnaldo Guinle. O Vasco sentenciava que não abriria mão de seus jogadores para fazer parte da nova entidade. Desta forma, rompeu com a AMEA. Em trecho do Officio n. 261, o presidente vascaíno assim se pronunciava em nome da instituição:

> Quanto à condição de eliminarmos doze dos nossos jogadores das nossas equipes, resolveu por unanimidade a Directoria do C.R. Vasco da Gama não a dever acceitar, por não se conformar com o processo porque foi feita a investigação das posições sociaes desses nossos consocios, investigação levada a um tribunal onde não tiveram nem representação nem defesa.
>
> Estamos certos que V. Exa. será o primeiro a reconhecer que seria um acto pouco digno da nossa parte, sacrificar ao desejo de fazer parte da A.M.E.A., alguns dos que luctaram para que tivessemos entre outras victorias, a do Campeonato de Foot-Ball da Cidade do Rio de Janeiro de 1923.
>
> São esses doze jogadores, jovens, quasi todos brasileiros, no começo de sua carreira, e o acto publico que os pode macular, nunca será praticado com a solidariedade dos que dirigem a casa que os acolheu, nem sob o pavilhão que elles com tanta galhardia cobriram de glorias.
>
> Nestes termos, sentimos ter que comunicar a V. Exa. que desistimos de fazer parte da A.M.E.A. (**Officio n. 261**, Presidência do Club de Regatas Vasco da Gama, 07 de abril de 1924).

Como contra resposta, o presidente da AMEA, emite um ofício viria a reforçar ainda mais a postura preconceituosa dessa entidade, desejando que o Vasco constituísse equipes "genuinamente portuguesas", ou seja, se livrasse de seus jogadores em prol de um ideal racialista:

> […] Finalmente, dissemos a V.Ex. que embora estivéssemos prontos a atender aos reclamos do vosso club a este respeito, alimentávamos a esperança de que, para o futuro, ele fizesse todos os esforços para constituir equipes genuinamente portuguezas, porquanto ao nosso ver, não havia em nosso meio outra colônia capaz de apresentar melhores elementos que a portugueza para uma demonstração sportiva das verdadeiras qualidade desta nobre raça secular. […] (**O Paiz**, 19 de abril de 1924, p. 11).

O futebol carioca ficou dividido em duas grandes ligas, estando o atual campeão da cidade na LMDT e os outros quatro grandes clubes na AMEA. O Vasco fez valer de sua força econômica, cada vez maior com a grande colônia portuguesa residente no Rio de Janeiro[11]e com a forte presença das camadas populares entre seus torcedores, conquistou o bicampeonato. O Fluminense sagrou-se campeão pela AMEA. No ano de 1925, o clube foi convidado pela AMEA e aceitou fazer parte da entidade, com todos os seus jogadores. O Vasco se tornava um dos grandes clubes do Rio de Janeiro, conhecido e respeitado. A inauguração do Estádio Vasco da Gama (popularmente conhecido como Estádio de São Januário), então maior estádio da América do Sul, em 21 de abril de 1927 viria a consolidar o clube como uma das maiores agremiações do país.

Para se manterem como representantes do futebol da capital do país os outros grandes clubes do Rio de Janeiro foram obrigados gradativamente a abrirem suas portas para os jogadores negros. Com o desenvolvimento vertiginoso do futebol, as práticas de distinção social através da exclusão social e racial deram lugar para ações alinhadas às atividades capitalistas burguesas, de alta produção, seletividade do melhor e de lucro.

A parir da década de 30 o futebol foi sendo cada vez mais utilizado como instrumento de mobilização de massas e a seleção brasileira sendo alçada ao patamar de símbolo nacional. Nesse sentido, a figura do negro e do mulato passaram a ser valorizadas e incorporadas ao imaginário da nação brasileira. O futebol e o carnaval se tornaram símbolos do sentimento de identidade nacional.

NOTAS

[1] No contexto da sociedade brasileira e carioca do período estudado, entendemos que a "elite é compreendida não somente como os que detinham o poder econômico, mas também e principalmente o poder de influenciar culturalmente o desenvolvimento da sociedade. Nesse caso, as elites seriam constituídas tanto pelos proprietários dos meios de produção quanto pelo que pode ser chamado de setores médios ou pequena burguesía" (MELO, 2001a, p. 17).
[2] No Brasil, a *belle époque* foi caracterizada pelo fortalecimento político da República, o crescimento econômico e a expansão dos centros urbanos, especialmente o da capital, Rio de Janeiro. A sociedade carioca mimetizava a sociedade parisiense e procurava vivenciar uma cultura predominante ligada à modernidade. O período que vai do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX foi marcado pelo desenvolvimento de novas tecnologias que facilitaram a vida cotidiana de uma forma geral e da proliferação de manifestações culturais e artísticas ligadas ao estilo de vida europeu. Paradoxalmente, as camadas populares eram oprimidas, ficavam expostas às repressões da sociedade e do Estado, e suas manifestações culturais eram policiadas, marginalizadas e reprimidas.
[3] O Brasil vivenciou mais de três séculos de escravidão da mão de obra negra e foi o último país a abolir oficialmente este tipo de escravidão na América, em 13 de maio de 1888, através da promulgação da Lei Imperial n.º 3.353 (Lei Áurea), promovida pela então Princesa Isabel. A despeito desse ato definitivo, a maioria dos negros já havia alcançado a liberdade por outros meios.
[4] Por exemplo o Paysandu Cricket Club e o Rio Cricket Club, este último de Niterói.
[5] Pelo menos desde 1891, com a criação da Argentine Association Football League, as elites argentinas procuraram institucionalizar a prática do futebol.
[6] As elites montevideanas procuraram legitimar uma liga que organizasse a prática do futebol na cidade. Entretanto, para além da ideia de um futebol metropolitano, desde seu início tentaram (e acabaram por conseguir) estabelecer para a sua associação um *status* de nacional. A The Uruguaya Association Football League (League) foi fundada em 30 de março de 1900. No ano de 1905, passou-se a ser chamada de Liga Uruguaya de Football (LUF). Em 1915, houve nova mudança de nome, para Asociación Uruguaya de Football (AUF), que perdurou até a instalação do profissionalismo em 1932.

[7] No presente estudo, compreendemos que "camadas populares": […] engloba gente de baixa condição social, empregada ou não, que articula uma identidade a partir de experiências aparentemente díspares (mas comuns), nem sempre nos moldes clássicos da política (partido, sindicatos etc), a partir das relações com as camadas dominantes e da necessidade de resistir às suas imposições, por meio de uma formação cultural própria; subalterna, mas de forma alguma inferior (MELO, 2001b, p. 11).
[8] Juan Delgado (Peñarol) e Isabelino Gradín (Peñarol).
[9] Havia apenas o mulato Arthur Friedenreich.
[10] O termo se refere ao jogado Ary Patusca. No ano de 1919, Ary Patusca saiu dos Santos F.C., de São Paulo, para ser jogador do Flamengo. Atuou na derrota deste para o Fluminense, por 3 a 1, em 24 de maio de 1919. De forma abrupta, Ary Patusca saiu do clube da Zona Sul e retornou para São Paulo, pedindo demissão como sócio/jogador do Flamengo. Neste sentido, o termo "patuscamente" tem uma conotação de ação rápida e sem justificativas (**O Imparcial**, de 24 de maio a 24 de agosto de 1919).
[11] A cidade do Rio de Janeiro possuía a maior colônia portuguesa erradicada no Brasil. A partir da década de 20 o Vasco foi gradativamente unificando a colônia portuguesa em torno de si, passando para os dias atuais como o seu maior representante no campo esportivo brasileiro.

FONTES

a) Clubes e Ligas

Estatutos da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos. Publicada no jornal **O Imparcial,** 04 de abril de 1924.

Estatutos da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres. Publicados no **Diario Official da União**, 20 de dezembro de 1917, p. 13.580-13.583. [Brasil].

Officio n. 261. Presidência do Club de Regatas Vasco da Gama, 07 de abril de 1924. Fonte: Centro de Memória do Club de Regatas Vasco da Gama.

b) Jornais

Correio da Manhã, 1919.
Gazeta de Notícias, 1907; 1917.
O Imparcial, 1919-1924.
O Paiz, 1919-1924.

BIBLIOGRAFÍA

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. 4ª reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamin. **El Uruguay del novecientos**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1979.

BARROS, José D' Assunção. A Nova História Cultural - considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, 1º sem. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v.5, n.11, p. 173-191, 1991.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GOMES, Flávio; CUNHA, O. M. G. da (Orgs.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-

emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Editora 34, 2012.
LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro** (do capital comercial ao capital industrial e financeiro) 1º e 2º Volumes. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
MELO, Victor Andrade de. **Cidade Sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001a.
_____. Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Movimento**, Porto Alegre, v. 7, n.14, p. 4-19, 2001b.
_____; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. Barueri-SP: Manole, 2003.
_____. **História Comparada do Esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007.
_____. et al. **Pesquisa histórica e história do esporte**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.
PAULILO, André Luiz; SILVA, José Cláudio Sooma. Urbanismo e educação na cidade do Rio de Janeiro dos anos 20: aproximações. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 127-143, 2012.
PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de janeiro: 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
PRIORI, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. (Orgs.). **História do Esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. O futebol na cidade do Rio de Janeiro: microcosmo dos mecanismos de poder e exclusão no processo de urbanização das cidades brasileiras (1901-1933). In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Joao%20Manuel%20C.%20Malaia.pdf>. Acessado em: 23 mai. 2013.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). 10ª reimp. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.
SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil 3.** 8ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.